

AGRICULTURA FAMILIAR E ESPECIFICIDADES DOS MERCADOS ATACADISTAS: OS CASOS DA CECAF/CEASA E DA FEIRA DO FEIJÃO DE CAPOEIRAS – PERNAMBUCO

JULIANA GOMES DE MORAES⁸³

PEDRO HENRIQUE DE MEDEIROS BALENSIFER⁸⁴

MARIA LUIZA LINS E SILVA PIRES⁸⁵

RESUMO

Este trabalho analisa as dinâmicas sociais de funcionamento da Central de Comercialização da Agricultura Familiar - CECAF, em Recife, e da Feira do feijão da Central de Abastecimento de Capoeiras, no Agreste. De natureza qualitativa, a investigação realizou 38 entrevistas para o primeiro caso e observação direta para o segundo. Os casos analisados foram elucidativos no sentido de apontar para uma expertise em torno das negociações e para uma subordinação dos agricultores às lógicas dos mercados atacadistas.

Palavras-chave: Mercados atacadistas, Agricultura Familiar e Dinâmicas sociais.

FAMILY FARMING AND WHOLESALERS MARKETS SPECIFICITIES: THE CASES OF CECAF/CEASA AND CAPOEIRAS BEANS FAIR- PERNAMBUCO

ABSTRACT

This paper analyses social function dynamics of the Trading Central of Familiar Agriculture (CECAF), in Recife, and the Beans Fair of the Supply Center of Capoeiras, at the Agreste. Of qualitative nature, the research conducted 38 interviews for the first case and direct observation for the second. Cases analyzed elucidated when pointing to pinpoint to expertise around negotiations and to subalternity of farmers to the wholesale market's logic.

Key-words: Wholesale markets, Familiar Agriculture, Social dynamics.

83. Doutoranda do Programa de Pós - Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco UFPE, campus Recife. E-mail: julianagdemoraes@gmail.com

84. Mestrando do Programa de Pós - Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento local - POSMEX/ DEp. Educação UFRPE. Campus Recife. E-mail: pedrobalen@yahoo.com.br

85. Doutora em Sociologia. Docente do Programa de Pós - Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento local - POSMEX/ DEp. Educação UFRPE. Campus Recife. E-mail: marialuizapires@gmail.com

Introdução

A formação de feiras e mercados constitui a confluência da vida social e econômica das famílias rurais, cuja “agricultura, negócio e criação” são a base (GARCIA JR., 1989, p.13). A natureza desta relação resulta, em grande medida, de um conhecimento detalhado e renovado semanalmente “nas várias praças de mercado - nas feiras e CEASAs, em todo o território nacional adquirido pelo exercício das atividades de negócio”, que está “na base de um cálculo e de um comportamento que nada tem de idêntico ao cálculo de uma empresa capitalista” (GARCIA JR., 1989, p.122). A natureza desta relação também é forjada na reprodução de diversas redes de proximidade e da transmissão intergeracional de saberes das famílias (SABOURIN, 2009).

Parte destas atividades econômicas dos agricultores brasileiros está tradicionalmente atrelada ao sistema público de abastecimento atacadista (WILKINSON, 2013). Concebido a partir da década de 1960, este sistema foi durante muitos anos a referência pública de abastecimento de varejões e mercados, bem como para definição de padrões de qualidade, preços e classificação de produtos (BELIK; MALUF, 2000). A partir de uma articulação entre Estado e municípios, o sistema público de abastecimento passou a ser um segmento expressivo do abastecimento alimentar para a população brasileira (CUNHA; CAMPOS, 2008).

Partindo da classificação de Cunha e Belik (2012), o sistema CEASA é composto por um conjunto de 57 entrepostos, distinguidos enquanto Grande Central Nacional; Central Nacional; Central Regional e Mercado Local. No âmbito deste trabalho, nos reportaremos a duas modalidades imbricadas nessas distinções: uma central nacional - o CEASA Recife - e um centro de pequeno porte, no município de Capoeiras, localizado no Agreste de Pernambuco, aqui situado como Mercado Local. Nos estudos de Cunha e Belik (2012), o CEASA Recife é mencionado como tendo papel moderado de articulação com a produção local, voltando-se predominantemente para a importação de produtos de outras regiões do Brasil e do mundo. Diferentemente deste, os Mercados Locais são retratados pelos autores como aqueles que apresentam, em geral, uma forte conexão com a produção local. Estamos elegendo analisar estas duas tipologias, considerando que suas conexões diferenciadas podem expressar de maneira ampliada a diversidade de papéis assumidos pelos agricultores no âmbito do abastecimento atacadista.

A história destes mercados passa pela necessidade do Estado em regularizar o abastecimento alimentar no Brasil. Este sistema atuou até o seu desmonte, no final da década de 1980, estimulando a modernização do varejo e procurando eliminar os problemas sanitários decorrentes das feiras livres. Uma situação que prevalecia em meio às

propostas de privatização dos canais públicos de comercialização de alimentos, associada ao favorecimento do segmento supermercadista privado como elo mais importante da distribuição global de vegetais frescos (CAVALCANTI, DIAS, 2015). Este desarranjo da regulação do abastecimento público fez com que cada entreposto desenvolvesse características operacionais próprias, levando autores como Green (2008) a destacar a heterogeneidade dos mercados atacadistas.

A heterogeneidade destes mercados também está presente na composição social dos seus atores, ao integrar produtores, fornecedores, comerciantes e consumidores. Estudos apontam para uma realidade específica vivenciada por estes atores, cujo papel comum consiste em praticar o atravessamento de mercadorias (FAULIN; AZEVEDO, 2003; MACHADO, 2004; MAZON, 2010; MORAES, 2017). Nesse contexto, sejam agricultores que fornecem seus produtos junto a um montante comprado na sua rota até os centros; agricultores que participam intensamente da comercialização e esporadicamente da produção; sejam ainda, consumidores que compõem o varejo urbano e; comerciantes fixos nos entrepostos; a integração deste conjunto de atores aos centros de abastecimento se sustenta, via de regra, por um sucessivo sistema de atravessamento de mercadorias.

Como destaca Lourenzani (2005), embora não se possa negar que, por um lado, o atravessamento é importante para garantir o escoamento dos produtos, o atravessador, ao dominar a definição de preços e a regularidade da oferta, não permite aos agricultores definir nem requerer uma dinâmica de mercado que atenda as características territoriais da sua produção, sobretudo aqueles restritos à produção agrícola. No entanto, o modo como se estrutura o abastecimento em questão, está relacionado ao caráter verticalizado do gerenciamento público/privado deste sistema, que vem, ao longo de décadas, conferindo uma apropriação privada dos projetos públicos por agentes comerciantes, desencadeando na desigualdade de acesso aos espaços de comercialização (CUNHA, 2013). Esta questão, por sua vez, não privilegia a diversidade cultural e territorial que carregam os produtos agrícolas, no âmbito da produção, dos hábitos de consumo e das tradições comunitárias de manejo dos recursos naturais, como define Maluf (2004).

Apesar das desvantagens para participação de agricultores no sistema, estima-se que, em torno de 21.574 produtores estão cadastrados como fornecedores, isto é, que escoam seus produtos nos entrepostos e retornam para o campo (CUNHA, 2013). No esforço de reconhecer o protagonismo desta categoria, algumas Centrais passaram a implementar projetos sociais voltados para este segmento, a partir dos anos 2000. No caso do CEASA-PE, apesar do objetivo inicial em dedicar um galpão à categoria, a natureza das relações entre agricultores e comerciantes, bem como a própria estrutura logística deste mercado acabou por criar uma condição desfavorável à participação dos agricultores neste espaço

(MORAES, 2017). Compreende-se, então, que os mercados atacadistas correspondem a espaços de interação social com forte presença de atravessadores e estão estruturados a partir da adoção de padrões operados sob um modelo de integração de interesses públicos e privados. A partir destas constatações, pergunta-se: quais os espaços atualmente ocupados pelo agricultor familiar nos mercados atacadistas de Pernambuco? Em que condições os agricultores familiares estão atuando nesses espaços?

Este trabalho analisa as dinâmicas sociais de funcionamento de mercados atacadistas de Pernambuco, procurando identificar a presença e as formas de atuação da agricultura familiar. Para isso, foram selecionados dois estudos de caso: o da Central de Comercialização da Agricultura Familiar - CECAF, no CEASA em Recife e o da Feira do Feijão, no entreposto da Central de Abastecimento do município de Capoeiras, ambos situados no Estado de Pernambuco, nordeste do Brasil. O primeiro trata-se de uma Central nacional, considerada a quarta maior do Brasil, e a maior do Norte e Nordeste, possuindo 580.000 m², ocupados por 48 galpões. O segundo se refere a uma feira regional de comercialização de feijão, na Central Municipal de Abastecimento de Capoeiras, que ocorre com maior intensidade entre os meses de agosto a dezembro, período das safras de feijão, movimentando agricultores de diversos municípios do Agreste Meridional e atravessadores de Pernambuco e de outros estados do Brasil. No caso da CECAF, foram realizadas 38 entrevistas, no período entre 2015 e 2016. Os municípios cujos entrevistados são oriundos podem ser expressos da seguinte maneira:

Tabela 1- Municípios de origem dos entrevistados

Municípios	Entrevistados
Vitória de St ^o Antão	5
Recife	8
Chã Grande	12
Bom jardim	2
João Alfredo	2
Brejo da madre de Deus	1
São Joaquim do monte	1
Casinhas	1
Limoeiro	1
Passira	1
Total	34

Fonte: Moraes, 2017.

Já na Feira do Feijão, a observação direta com registro em diário de campo ocorreu no mês de setembro de 2017, junto a 8 atores da feira, entre proprietários de box do

mercado, agricultores e atravessadores. Partiu-se, em ambos os casos, das narrativas dos atores sociais e dos sentidos por eles atribuídos às dinâmicas de comercialização.

A escolha pelo objeto se deu inicialmente, pela verificação da incipiência de dados, no âmbito dos estudos sobre mercados atacadistas, a respeito de agricultores familiares inseridos nos entrepostos de Pernambuco. A escolha pela CEASA-PE se pauta no reconhecimento de que se trata, em termos econômicos do “maior expoente dos CEASAs no nordeste brasileiro” (NASCIMENTO, 2008, p. 51) e de uma Central com forte atuação na implementação de projetos sociais (WEGNER; BELIK, 2012). Por outro lado, a escolha pela Feira do Feijão se dá mediante a sua relevância no contexto regional, tratando-se de umas das maiores e mais antigas feiras de comercialização de feijão do Agreste Meridional, cultura agrícola esta, de grande importância por compor os hábitos alimentares da população brasileira. Para o ano de 2016, o Agreste Pernambucano foi a mesorregião do Estado de maior produção de feijão, com 17.926 toneladas produzidas (IBGE, 2016).

Pressupomos que a heterogeneidade destes mercados pode nos apontar as nuances que há nas tipologias da agricultura familiar no contexto dos mercados atacadistas, e ao mesmo tempo, indicar as dinâmicas e as normas dos mercados que impactam a vida dos agricultores. Espera-se contribuir com o aprofundamento das discussões direcionadas à participação do Estado no fortalecimento das atividades produtivas dos agricultores inseridos nestes mercados, implicando numa possibilidade de aprofundar as discussões acerca das políticas públicas propostas para a construção de mercados da agricultura familiar. O trabalho está estruturado em 2 sessões, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, discute-se a relação entre mercados atacadistas e agricultura familiar. Na segunda sessão, versamos sobre os estudos de caso, descrevendo o espaço físico, os atores sociais, as práticas de comercialização e as regras de mercado. As dinâmicas das relações de trabalho e produção que incidem sobre os dois casos serão pontuadas nas considerações finais.

2. Agricultura familiar e mercados: a problemática do atendimento aos mercados atacadistas

Até a década de 1960, a comercialização de hortaliças, frutas e de grãos nos centros urbanos brasileiros era realizada principalmente nas chamadas feiras livres (MOURÃO; MAGALHÃES, 2009). Belik e Maluf (2000) reiteram essa ideia, chamando a atenção para o desprezo do latifúndio às culturas alimentares, considerando-as como de menor importância. Não sem razão, reconhece-se que o protagonismo do abastecimento local está vinculado ao modo de um campesinato que, no caso do Nordeste, é remanescente de

portugueses pobres, povos indígenas e africanos (WELCH; CAVALCANTI; 2009). Entretanto, as feiras livres refletiam uma limitada cobertura da oferta de alimentos à população urbana, além de expressarem problemas sanitários, revelando, assim, a precariedade do abastecimento público das cidades (FAULIN; AZEVEDO, 2003). Tais limitações levaram o governo brasileiro a implantar, ainda no final da década de 1960, uma política de apoio à modernização agrícola industrial que percorria toda a cadeia produtiva, mediante a regulação da logística, preços e estoques (BELIK; MALUF, 2000).

Estas ações pressupunham a criação de entrepostos atacadistas e sistemas de armazenagem integralmente regulados pelo Estado, distribuídos entre 57 Centrais denominadas Ceasas, 34 mercados atacadistas urbanos, 32 mercados atacadistas rurais e diversos mercados de portes variados (MOURÃO; MAGALHÃES, 2009). As primeiras experiências no âmbito nacional, que passaram a operar ainda na década de 1960, foram instituídas no Recife, em 1962, e em São Paulo em 1969 (MOURÃO; MAGALHÃES, 2009).

Para tanto, cria-se o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento - SINAC, por meio do Decreto N° 70.502 de 11/05/72, sob a coordenação da empresa estatal Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL (MOURÃO; MAGALHÃES, 2009). Implantado por meio de uma articulação com estados e municípios, o SINAC estabelecia uma rede de informações técnicas de gestão dos entrepostos, tendo como objetivo propiciar a organização da produção; a redução dos custos de transação dos produtos; a eliminação das assimetrias na informação entre produtores e distribuidores (CUNHA; CAMPOS, 2008). Ainda que alguns autores, a exemplo de Fávero (2005) e Mourão e Magalhães (2009), admitam os impactos positivos deste sistema à produção e comercialização nos centros urbanos do país, há quem destaque algumas lacunas no sistema.

Cunha (2006), por exemplo, embora não desconheça os seus avanços, chama a atenção para os entraves que impedem o protagonismo dos produtores rurais no âmbito destes mercados, aliado a ausência de uma estrutura consolidada capaz de assumir, com autonomia, as suas linhas operacionais. De um modo geral, Cunha (2006, p.3) sublinha o caráter impositivo do modelo implantado, a partir do estabelecimento de técnicas e padrões de caráter verticalizados, condicionado à vantagens estritamente econômicas, caracterizando-se, por conta disso, como “um arranjo organizacional impositivo”. Um modelo que, para esse autor, traduz uma trajetória expansionista da economia brasileira, sob o processo de modernização da agricultura, com forte influência do capital internacional. Na concepção deste autor, a grande realização do modelo se deu pela expansão da infraestrutura dos espaços de comercialização, ao mesmo tempo em que o desmonte do SINAC em 1988, denunciava a ausência de uma visão estratégica de longo prazo.

A desarticulação das estruturas públicas de abastecimento associou-se ao fortalecimento das estruturas privadas de comercialização, ampliando o poderio e influências dos agentes privados. Este novo cenário oportunizou, para o governo brasileiro, a privatização das principais centrais públicas de abastecimento, o que teria, segundo Cunha (2006), provocado uma obsolescência das estruturas físicas de comercialização e sobretudo dos métodos de gestão. Isto não quer dizer que algumas experiências no âmbito das principais centrais atacadistas não tenham conseguido manter uma certa autonomia. Algumas centrais, inclusive, conseguiram se atualizar, ancorando-se em um modelo de integração público-privada, no qual de um lado serviam-se do capital privado para alavancar as atividades comerciais e do outro, passavam a regular a atividade, implementando políticas públicas em diversas áreas setoriais (CUNHA, 2006).

No que se refere a projetos voltados para a agricultura familiar, foram criados a partir dos anos 2000, com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, galpões exclusivos a produtores, que, no caso de Pernambuco, ficou conhecido como Central de Comercialização da Agricultura Familiar - CECAF. Neste cenário de retomada da função pública, o governo elaborou em 2005, o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado - PROHORT, coordenado pela Companhia Nacional de Abastecimento CONAB, voltado para a “integração das bases de dados, da troca de informações e da criação de mecanismos comuns de capacitação tecnológica” (CUNHA, 2006, p. 5). Dentre os principais aspectos da natureza destes mercados, que impacta a vida dos agricultores, um conjunto de autores aponta para o fato dos atores participantes se concentrarem na condição de intermediários (LOURENZANI, 2005; MORAES, 2017; MACHADO, 2004).

Uma primeira condicionante deste quadro é a função intrínseca das centrais, enquanto distribuidora de mercadorias. Nesse contexto, cultivos de uma certa localidade, ao ser entregue pelo produtor em um dado centro, são, possivelmente, intermediados tantas vezes que podem voltar para o varejo da mesma localidade de onde originaram-se (CUNHA, 2015). Uma segunda condicionante consiste na adequação às condições de comercialização, no âmbito de uma maior adesão às culturas comerciais e uma logística de alta complexidade organizacional. Cunha (2013) relaciona estas condições formalmente instituídas, às abordagens teóricas da economia neoclássica, que pautam a concepção dos coordenadores destes mercados, de que seriam capazes de fortalecer a produção familiar focando em dimensões estritamente econômicas: a modernização de técnicas de produção e embalagem; e a logística com vistas ao prolongamento da escala de abastecimento.

3. As experiências dos mercados atacadistas de Recife e Capoeiras

3.1 O caso da CECAF - CEASA-PE

A CECAF foi projetada para acomodar agricultores beneficiários do PRONAF, mediante a participação em processos formativos em associativismo e cooperativismo e atuação dos agricultores em entidades representativas destas categorias, em todas as instâncias decisórias. Tendo em vista a dificuldade de preenchimento destes requisitos previstos no projeto inicial, outros atores passaram a participar das atividades comerciais na CECAF. Seguindo a titulação definida por coordenadores deste projeto, os participantes do galpão passam a ser cadastrados como agricultores produtores, agricultores comerciantes e comerciantes parceiros⁸⁶. Os agricultores produtores são aqueles que atuam na produção e repassam seus cultivos para o conjunto dos feirantes deste galpão. Sendo assim, sua permanência na CECAF é efêmera, quase sempre restrita às madrugadas durante a entrega dos produtos. Os agricultores comerciantes, por sua vez, além de trazerem seus cultivos e de outros agricultores, também costumam comprar mercadorias de fornecedores no próprio CEASA-PE para comercializá-los na CECAF, permanecendo de forma mais assídua no galpão, sendo por isso, o grupo para o qual este trabalho está voltado. Seja para uma categoria ou para outra, ocorre um termo de permissão de uso do galpão, através de uma cobrança feita pelo uso do metro quadrado do piso onde deposita-se as mercadorias e instala-se as bancadas, denominado “pedra”. Assim, a ocupação é permitida mediante um pagamento diário no valor de 11 reais por pedra utilizada.

Os comerciantes parceiros se caracterizam pela atividade de receber e repassar as mercadorias dos agricultores, atuando mais ativamente, como atravessadores. Este caráter de atravessador confere um prestígio que essa categoria goza entre os feirantes, ao passo em que garante ao agricultor o escoamento regular de seu produto na CECAF. Estas relações se pautam no reconhecimento dos primeiros atores pelos últimos, como os indivíduos que têm domínio dos negócios e garantem uma dinâmica economicamente favorável aos demais. Observa-se que o prestígio atribuído a categoria dos comerciantes parceiros tem favorecido o seu controle sobre o conjunto dos agricultores. Estes atores não são vistos como concorrentes, mas como lideranças imprescindíveis para o mercado: “É o meu patrão. Quem movimenta esse galpão todinho é ele”. Nesse contexto, a natureza da convivência entre comerciantes e agricultores oportunizou a reprodução de relações de

86. Para uma descrição detalhada sobre a representatividade de cada grupo no âmbito do total de integrantes da CECAF, ver Moraes (2017).

trabalho pautadas em mecanismos de dependência e de patronagem entre eles.

A CECAF funciona diariamente, obedecendo ao horário de funcionamento do CEASA. Entretanto, no caso dos agricultores comerciantes, a ocupação dos diversos turnos obedece à conveniência da sua rotina de trabalho. Nesse sentido, cerca de 40% deles não comercializam todos os dias, tendo chances de alternar o trabalho na lavoura com a comercialização no galpão. Apenas 30% desse grupo dedicam-se diariamente à produção e à comercialização. Constatou-se também que, dos 30% restantes, a metade se dedica à lavoura apenas nos finais de semana e a outra metade mantém a unidade produtiva desativada. Assim, o afastamento da propriedade e a concomitante assimilação das atividades urbanas passam a definir a rotina de trabalho e de vida desses produtores.

Além das categorias mencionadas, outros atores, que não estão formalmente cadastrados no galpão, também participam de sua dinâmica social. É o caso, por exemplo, de um grupo de atravessadores conhecidos localmente como “sirís”, nome dado pela sua agilidade em comprar um dado produto, retalhando-o para vendê-lo em pequenas quantidades. Abordando clientes antes que estes cheguem às bancas dos feirantes, este grupo obstrui, muitas vezes, o fluxo de passagem pelos corredores, estabelecendo conflitos em torno dos espaços e dos clientes.

Assim como os sirís, há também outras categorias não cadastradas na CECAF, como os fretistas, encarregados de realizar o descarregamento dos caminhões, além de desfolhadores de repolho, separadores de mercadorias, dando-lhes, assim, destinos e preços que variam em função da qualidade. Dentre os clientes, registra-se um maior contingente de comerciantes de feiras livres, com os quais as negociações são realizadas dispensando os mecanismos formais de comercialização, como notas fiscais, promissórias, etc. Os agricultores que se concentram neste galpão estão na condição de negociantes e geralmente demonstram grande aptidão para barganhar. Uma aptidão descrita como uma herança passada de pais para filhos, ou que pode ser adquirida na prática cotidiana, seja na busca de pontos-chave de circulação de clientes, no entendimento das flutuações de preços e no estabelecimento das relações comerciais com fornecedores e clientes. Esse arsenal de conhecimento destes agricultores comerciantes é identificado por Moraes (2017) como sendo uma “expertise da comercialização”. Para outros autores, esse conhecimento tácito sobre o funcionamento do mercado atacadista é concebido como uma “gestão intuitiva”, (LOURENZANI, 2005) ou como uma expressão de “empreendedorismo” (SANTOS, 2014). Ainda que não seja negligenciável esse “saber fazer” por parte dos agricultores comerciantes, pouco ou quase nada é aproveitado pelo corpo institucional do sistema CEASA (LOURENZANI, 2005; MORAES, 2017).

Ainda, a prática da comercialização neste galpão pode se dar na forma de

atacado e varejo, na qual o primeiro é comumente dirigido aos comerciantes, sendo, quase sempre, desenvolvido pelos atores mais capitalizados. O segundo, por sua vez, corresponde a modalidade mais comumente utilizada, envolvendo 62% dos entrevistados e carrega algumas particularidades, tal como reduzir as chances de sobras das folhosas. Dessa maneira, o varejo costuma ser realizado, inclusive pelos atacadistas, quando há o intuito de reduzir sobras de produtos perecíveis. Vale destacar que, seja no varejo ou no atacado, o intenso envolvimento dos agricultores na comercialização da CECAF assenta as condições de equilibrar o trabalho na lavoura com a negociação no mercado, o que gera a oportunidade de promover sua capitalização. Por isso, tendem, muitas vezes, a afirmarem-se mais como comerciantes do que produtores, revelando um progressivo distanciamento com a propriedade rural.

No tocante ao mecanismo de definição de preços das mercadorias, os entrevistados se pautam, em grande medida, na observação do volume de mercadorias ofertadas pelos concorrentes. Além disso, costumam praticar uma consulta prévia aos seus fornecedores, para melhor se inteirar sobre o volume de mercadorias que serão enviadas ao galpão, evitando, assim, maiores surpresas quanto à oferta de uma quantidade excessiva de um dado produto. A definição dos preços também pode ser estabelecida, a partir da visualização do montante de produtos nas carrocerias dos caminhões estacionados nos arredores do galpão, antes mesmo do descarregamento. Dentre as estratégias de barganha, se destaca a venda por consignação, isto é, a não efetivação do pagamento no ato da compra.

No que se refere aos produtos negociados, os agricultores comerciantes estão predominantemente envolvidos com a comercialização de acelga, alecrim, arruda, agrião, brócolis, couve-folha, fava e batata-doce. A diversidade destes produtos segue um padrão de divisão estabelecido pelo CEASA-PE, que põe, de um lado, as folhosas e, de outro, os legumes, com uma menor concentração de frutas. Por conta disso, as lavouras dos agricultores comerciantes são direcionadas, tanto para o autoconsumo como para contemplar os produtos que estão setorizados na CECAF.

Foi possível verificar uma diversidade de cultivos que promovem a segurança do grupo familiar, enquanto há o cultivo predominante para garantir a atividade de comercialização. No entanto, a setorização do galpão divide opiniões e tem sido apontada tanto como uma forma de organização e disciplinamento deste mercado, como um elemento de engessamento dos agricultores. Ainda assim, a setorização leva ao agricultor a pulverizar seus produtos em distintos pontos de venda, tornando a logística de distribuição muito atribulada, necessitando um esforço adicional.

Para se estabelecer na comercialização, faz-se ainda necessário o provimento de um capital para lidar com os seguintes custos: investimento na produção, contratação

de empregados, transporte da mercadoria, pagamento do piso interno do galpão, ocupação das pedras e entrada no entreposto para descarregamento dos carros. Para os entrevistados, a comercialização na CECAF demanda gastos elevados, o que inviabiliza, portanto, o transporte de pequenos volumes de mercadorias, bem como a inserção de agricultores que não disponham desses recursos. Diante disso, verifica-se que há um esforço considerável no sentido de atravessarem mercadorias compradas no percurso das comunidades rurais, de modo a permitir completar a carga que chega ao galpão. Finalmente, a comercialização exige também a padronização das embalagens para os vegetais, a partir das normas instituídas formalmente, no caso específico, o uso de caixas plásticas, dentro de padrões internacionais, em conformidade com a Lei N° 9.972/2000.

3.2. O Caso da Feira do Feijão de Capoeiras

A Feira do Feijão de Capoeiras está assentada numa rede de comercialização em atacado, atrelada a Central de Abastecimento de Capoeiras, usualmente denominada de mercado público. Este mercado funciona durante todo o ano, sempre às sextas-feiras, no horário das 5:30 h às 15 h. Embora também funcione nas sextas-feiras, a Feira do Feijão, por sua vez, tem suas atividades condicionadas ao período da safra do feijão do Agreste Meridional de Pernambuco, limitando-se, assim, aos meses de agosto a dezembro. O seu funcionamento, que se pauta em intensa atividade comercial, acontece na via pública, defronte da Central, junto com mais quatro pequenos armazéns privados, também especializados no comércio de feijão, que estocam a produção dos agricultores, com vistas à revenda. A comercialização na feira se realiza a grosso, excluindo, dentre os seus clientes, o consumidor do mercado público, habituado a comprar no varejo.

Mesmo assim, pelo menos cinco atores compõem o universo da Feira de Capoeiras: o comerciante que dispõe de box no mercado público; o agricultor familiar produtor do feijão; o dono de armazém, isto é, atravessador comprador do município; os compradores de outros municípios, isto é, atravessadores sem ponto fixo; e os ajudantes dos compradores externos que auxiliam na negociação entre os compradores e produtores. O comerciante proprietário do box do mercado público, mesmo também quando produtor, costuma se abastecer de feijão de outros agricultores que costumam escoar seu produto em atacado na Feira do Feijão.

Esta produção também é comercializada em varejo, por quilo, tanto como alimento destinado ao consumo de moradores da cidade, tanto como sementes para uso de agricultores em plantações. Independentemente do tipo de consumo, os proprietários dos

boxes expõem o feijão, além de outros produtos como milho, fava e farinha de mandioca, em sacos abertos, com as suas beiradas dobradas, ficando uns ao lado dos outros. É uma forma de atrair o consumidor, destacando o tipo e a qualidade do produto.

O produtor de feijão, quase sempre habitante de Capoeiras ou de municípios vizinhos, costuma transitar dentro e fora do galpão. Este agricultor se desloca com veículo próprio ou fretado, ou ainda com carroças de burro ou carros de boi, levando sua produção embalada em sacos de nylon de 60 kg. Ao chegarem na feira, são geralmente abordados pelos atravessadores ou por pessoas a serviço desses. Uns ou outros, com auxílio de um “furador amostral”, obtêm uma pequena amostra, identificando a variedade e a qualidade do feijão, para definição de preço e fechamento da negociação.

Por se tratar de uma feira no interior do estado, esta favorece a dimensão local da produção. Ainda assim, o custo da produção está condicionado com o transporte, que por sua vez, é variável em função da distância entre as unidades produtivas até o mercado, assim como em função do meio de transporte utilizado (veículo motorizado ou de tração animal). Desta forma, pode haver ou não custos diretos com o transporte das mercadorias.

Os donos dos armazéns costumam permanecer no seu estabelecimento, aguardando a chegada do produtor, com vistas à negociação. Uma vez estabelecido o negócio, o feijão fica estocado para posterior revenda às agroindústrias beneficiadoras e empacotadoras, ou mesmo para comerciantes de outras cidades e estados. Os atravessadores sem ponto fixo, que geralmente são pessoas de fora do município e, em alguns casos, de outros estados, também costumam realizar as compras no atacado. Segundo relatos, a diversidade da origem desses atores se amplia enormemente quando ocorre uma “boa safra”, atraindo pessoas de várias regiões do nordeste⁸⁷.

Os maiores atravessadores possuem “ajudantes”, que são indivíduos sem trabalho fixo e que fazem parte da rotina da feira. Esses atores são remunerados na medida em que localizam e recomendam a compra de feijão do interesse do atravessador. A prestação desse serviço tende a diminuir o tempo de escolha dos atravessadores, agilizando, assim, as negociações. Portanto transportes de médio porte, esses atravessadores são os responsáveis pelo maior movimento da Feira. Muitos deles já deixam o local, nas primeiras horas da manhã, em torno das 7:30h, com suas compras já finalizadas.

A maioria dos negócios é fechada na via pública, onde ficam empilhados os sacos de feijão à espera das ofertas dos atravessadores, que costumam definir os preços, caracterizando por isso, uma relação comercial bastante verticalizada, sem qualquer possibilidade de

87. Na ocasião da pesquisa, foram identificados atravessadores vindos dos municípios pernambucanos de Garanhuns, São João, Lajeado e Recife. Além desses, havia uma pessoa vinda de Natal-RN.

negociação de valores maiores, que pudessem vir a trazer melhor remuneração aos produtores. O produtor costuma lidar com os valores de mercado mediante às suas necessidades mais imediatas. Assim, quando não dispõe de urgência na obtenção dos recursos, ele é capaz de estocar a produção na propriedade rural durante alguns meses, até o final da safra, aguardando um melhor valor de negociação.

De outro modo, quando mais necessitados de recursos, o feijão é imediatamente comercializado nas primeiras feiras, ainda no início da safra, quando os preços estão mais desfavoráveis aos produtores. Os pagamentos são realizados pelos atravessadores no momento da compra da mercadoria. Foi possível observar também que a atividade de comercialização do feijão não implica nenhum afastamento da propriedade rural, uma vez que os agricultores a exercem de forma pontual como sendo a última etapa do processo produtivo, o momento de se obter a renda da produção de uma determinada safra.

Os valores são pagos em função da variedade (tabela 2) e sofrem alterações nas semanas mais ou menos favoráveis à sua comercialização. Vale ressaltar que a pouca saída de uma variedade não justifica a alta do preço, a exemplo do “fogo na serra”, como observado por um dono de um armazém: “feijão fogo na serra sai menos, se você trazer 50 sacos de feijão preto você vende, mas se for tipo fogo na serra só traga 2 ou 3 sacos porque mais que isso não vende” (Entrevistado 3).

Tabela 2 - Preços pagos por atravessadores para sacos de 60 kg por variedades de feijão em setembro de 2017 na Feira de Capoeiras.

Nome da variedade do Feijão	Valor (R\$)
Carrapatinho	100,00
Gordo	130,00
De corda	130,00
Leite	200,00
Fogo na Serra	250,00
Carioca*	150,00
Mulatinho*	170,00
Preto*	160,00

Fonte: diário de campo. * Variedades de maior aceitação no mercado.

Constata-se, de um modo geral, um número reduzido de variedades comercializadas neste mercado, quando se reconhece que existem 24 variedades de feijão crioulo em cultivos de agricultores familiares do Agreste Meridional de Pernambuco, já catalogadas por Balensifer (2014). A pouca diversidade de variedades no comércio anuncia aspectos

da especialização produtiva desta cultura da região de Capoeiras, características de um fenômeno de caráter global de perda das variedades agrícolas, provocada pelas transformações provenientes da agricultura moderna (SANTILLI, 2009). Registra-se, por exemplo, que muitas das variedades de feijão preto e carioca, que estão sendo habitualmente utilizadas pelos agricultores, são provenientes de sementes melhoradas introduzidas nos territórios rurais, por meio de programas de melhoramento genético vegetal de empresas públicas de pesquisa agropecuária (CUNHA, 2013).

Além disso, estudos apontam que alguns padrões adotados pelos mercados atacadistas têm impactado a produção agrícola familiar, no sentido de estimular a concentração na produção de culturas comerciais, levando a perda dos sistemas locais de produção diversificada (ARAÚJO, 2009; MACHADO, 2004). Registra-se, também, que a sucessiva revenda de mercadorias, via atravessadores, sem um critério que respeite a procedência dos produtos, tende a descaracterizá-los, dificultando a identificação da sua origem territorial (MACHADO, 2004). Assim, a identificação do produto passa a se limitar, por meio da embalagem, apenas ao endereço da fábrica de beneficiamento, que, muitas vezes, está localizada fora do estado de sua produção, no caso, do estado de Pernambuco. A gravidade da perda das informações territoriais resultantes da lógica destes mercados não reverbera, necessariamente, na exclusão do produtor do circuito comercial, mas afasta-o das possibilidades de ter o domínio do processo produtivo e da comercialização. Do mesmo modo, o consumidor perde as informações relativas a origem e a qualidade do produto capaz de revelar uma identidade territorial.

Considerações finais

As experiências analisadas na CECAF do Recife e na Feira de Feijão de Capoeiras são elucidativas no sentido de revelar a dinâmica dos mercados atacadistas de Pernambuco e as formas de inserção da agricultura familiar. Uma dinâmica que se define pelo conjunto de atores, de técnicas de comercialização, de transporte, de recepção, acomodação e embalagem de produtos agrícolas e, especialmente, pelas relações sociais travadas no âmbito desses espaços.

No caso da CECAF, vem sendo coordenada por uma política que, no conjunto de normas, regulariza uma setorização para ser atendida requer dos agricultores dar particular importância aos cultivos associados à atividade de comercialização no galpão. Sem, contudo, negligenciar a diversidade de cultivos para o autoabastecimento. A expertise para negociar, o conhecimento das flutuações de preços, a busca por pontos-chave de circulação de clientes, tendem a distinguir os agricultores que são mais capitalizados em detrimento de vários outros que ficam restritos a entrega de seus produtos aos atores fixados

no galpão. Foi também observado o reconhecimento dos comerciantes e atravessadores, pelos agricultores, como os indivíduos que têm domínio dos negócios e garantem uma dinâmica economicamente favorável aos demais. Com efeito, a natureza destas relações recai sobre as formas de controle existentes.

A Feira do Feijão, por sua vez, compõe-se da confluência de 3 espaços cujo os canais de comercialização correspondem a uma ampla rede de comercialização do feijão em atacado. Isso não impede que os comerciantes do mercado público realizem vendas em varejo, de feijão para o consumo dos moradores da cidade e para o seu uso como sementes, entre os agricultores. Pode-se afirmar que, embora nesse mercado predomine o agricultor familiar, que tem, como parte da sua reprodução social, a manutenção das variedades crioulas, observa-se também, a semelhança de outros mercados atacadistas, a presença de um conjunto de atravessadores. A participação do agricultor familiar requer uma habilidade para negociar os preços. Além disso, as formas de controle deste mercado também estão vinculadas às tendências de consumo urbano, em torno da preferência por variedades de feijão de maior aceitação no mercado, o que tende a definir preço e as variedades que serão comercializadas.

Os estudos de caso possibilitaram verificar que as formas de atuação da agricultura familiar nos mercados estudados estão vinculadas: (i) a uma dinâmica de uso de espaços que são ao mesmo tempo, públicos e privados; (ii) a construção de vínculos que promovem - a partir de uma rede de negociação entre agricultores, comerciantes e atravessadores - o abastecimento de um contingente do varejo no estado de Pernambuco; (iii) ao atributo de mitigar a atuação do produtor, limitando-o em certa medida, à entrega do produto em atacado ao atravessador; (iv) a um maior protagonismo dos atores que se colocam na função de intermediários; (v) a uma heterogeneidade em torno das dinâmicas de trabalho da agricultura familiar, que vai desde agricultores guardiões das variedades crioulas e intensamente dedicados a produção, até aqueles capitalizados, com maior permanência nos centros urbanos e secundarização da atividade agrícola; (vi) a formas de controle instituídas tanto externamente quanto localmente; (vii) e a uma expertise em torno das negociações.

Conclui-se que para ambos os casos, os mecanismos de regulação atrelados à conveniência dos mercados atacadistas em manter os padrões de qualidade e organização, desdobra-se na especialização produtiva dos atores, podendo levar, sobretudo no caso das sementes crioulas de feijão, a substituição ou diminuição das variedades existentes. Finalmente, é possível afirmar que a dinâmica de funcionamento dos mercados atacadistas de Pernambuco, ainda que revele uma pluralidade de atores assentada numa divisão de trabalho, reserva uma inserção subordinada à agricultura familiar.

Recebido em: 23 de março de 2018.
Aprovado em: 05 de outubro de 2018.

Referências

ARAÚJO, Alessandra. O Centro de Abastecimento de Feira de Santana (BA) Visto Através do Comércio de Feijão. *Sitientibus*. Feira de Santana. n. 41, p. 9 - 25; jul -dez, 2009.

BALENSIFER, Pedro Henrique. Levantamento preliminar e identificação de variedades crioulas de Feijão *Phaseolus vulgaris* cultivadas no município de Garanhuns, Pernambuco. In: III ENCONTRO DE AGROECOLOGIA DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO, Garanhuns: UAG/UFRPE, 2017.

BELIK, Walter; MALUF, Renato. (org.). Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização. Campinas: Ed. UNICAMP, 2000.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Lei 9.972 de 2000. Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9972.htm> Acesso em: 21 março 2018.

CAVALCANTI, Josefa; DIAS, Gustavo. Cadeias globalizadas de alimentos, redes de atores e qualidades na produção de frutas para exportação: elos entre Brasil e Alemanha. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 21, p. 279-310, 2015.

CUNHA, Altivo. Dimensões estratégicas e dilemas das Centrais de Abastecimento no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, v. 15, 2006.

_____. Qual a ruralidade das Ceasas. Evidências sobre a inserção da agricultura familiar nas Centrais de abastecimento brasileiras. *Anais. 51º Encontro da SOBER*. Belém, PA. p. 1-21, 2013.

_____. Abastecimento alimentar: a superação do padrão Velho - Obsoleto para o Novo - Ancestral. In: SCHNEIDER, Sergio; CRUZ, Fabiana Thomé da; MATTE, Alessandra. Alimentos para produtores e consumidores: conectando novas estratégias de abastecimento de alimentos. *Série Estudos Rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 54 - 70, 2015.

_____; BELIK, Walter. Entre o declínio e a reinvenção: atualidade das funções do sistema público atacadista de alimentos no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural* 2012.

_____ ; CAMPOS, José. O Sistema de Abastecimento Atacadista no Brasil: uma rede complexa de logística. Belo Horizonte, 2008.

CUNHA, Flávia. Sementes da paixão e as políticas públicas de distribuição de sementes na Paraíba. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas, 2013, 184 p.

FÁVERO, Luiz Andrea. Novas formas de coordenação das atividades de abastecimento nos mercados atacadistas de frutas e hortaliças da América Latina. Anais. Congresso da SOBER, 2005.

FAULIN, Evandro. AZEVEDO, Paulo. Distribuição de hortaliças na agricultura familiar: uma análise das transações. Informações Econômicas, v. 33, n. 11, p. 24-37, nov. 2003.

GARCIA JR., Afrânio. O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Marco Zero, Brasília: UNB. 1989.

GREEN, Raul. Mercados mayoristas: el inicio de una nueva era?. Distribución y Consumo, Madrid, n. 72, p. 23-37, nov/dic, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Agrícola Municipal. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br/tabela/1002#resultado>> Acesso em: 09 de abril 2018.

LOURENZANI, Ana Elisa. Condicionantes para inserção de pequenos produtores em canais de distribuição: uma análise das ações coletivas. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCar, 2005, 218 p.

MACHADO, Melise. Canais de distribuição para produtos da agricultura familiar: um estudo em hortaliças. Dissertação Mestrado. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2004, 190 p.

MALUF, Renato. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de Valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Ensaios FEE. 2004.

MAZON, Marcia. Abastecimento alimentar no Brasil e as reformas liberalizantes: Estado e mercado em questão. Tese (Doutorado em Sociologia Política)-Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MORAES, Juliana. CEASA e agricultura familiar: dinâmicas sociais da CECAF em Recife - Pernambuco. Recife: Dissertação de Mestrado. POSMEX/UFRPE, 2017.

MOURÃO, Ivens; MAGALHÃES, José. Breve História do Mercado atacadista de hortigranjeiros no Brasil. Revista de Administração Municipal do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), n. 9; 2009.

NASCIMENTO, Wanessa. As Centrais Públicas de Abastecimento no Contexto da Globalização dos Alimentos. Entre as Mudanças na Forma de Atuação do Estado e o Fortalecimento dos Grandes Distribuidores: O Caso do CEASA-PE/O.S. Dissertação de Mestrado. PPGS. UFPE, Recife, 2008.

SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e Direitos dos Agricultores. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2009. 519 p.

SANTOS, Adriana. Os mercados da agricultura familiar, suas instituições e as habilidades socioeconômicas dos agricultores. Dissertação de mestrado em Extensão Rural. Universidade de Viçosa. Minas Gerais, 2014.

WELCH, Clifford.; CAVALCANTI, Josefa.; WANDERLEY, Maria Nazareth. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. Ed. Unesp. Brasília. NEAD. 2009.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, 2013.

WEGNER, Rubia, BELIK, Walter. Distribuição de hortifrutis no Brasil: papel das Centrais de Abastecimento e dos supermercados. Cuad de desarrollo rural. 2012.